

Escolas Municipais e Escolas Estaduais – essa variável pesa na percepção sobre política de jovens da Grande São Paulo?

Humberto Dantas¹

Resumo

O que jovens do terceiro ano pensam sobre política? Como enxergam elementos essenciais atrelados à democracia? O presente trabalho se baseia em *survey* realizado pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo em 2018 com jovens de toda a rede de ensino médio municipal de São Paulo-SP, e em pesquisas realizadas em cursos de Iniciação Política ministrados pela *Fundação Konrad Adenauer* nas periferias da Região Metropolitana de São Paulo com jovens de escolas estaduais nesse mesmo ano. O objetivo é compreender se a variável atrelada à esfera de poder responsável pelo Ensino Médio impacta nas percepções políticas especificamente dos estudantes do terceiro ano. Parte-se da hipótese, seguindo outras análises comparativas semelhantes, que o fato de o aluno ser de uma escola estadual ou municipal não altera sua relação com princípios e conceitos basilares de política e democracia.

Palavras-Chave: Educação Política; Juventudes; Iniciação Política; Ensino Médio; Escola do Parlamento

Introdução

O artigo parte de uma comparação sobre a percepção de jovens sobre a política construída com base em dois grandes grupos de alunos de terceiro ano

¹ Doutor em Ciência Política pela USP, pesquisador pós-doutorando da FGV-SP em Administração Pública, durante 18 meses presidiu a Escola do Parlamento da Câmara Municipal e coordenou o *survey* na rede municipal, além de ser o responsável pelos cursos da *Fundação Konrad Adenauer* nas periferias da Grande São Paulo com alunos da rede estadual.

do Ensino Médio de escolas públicas da Grande São Paulo. O primeiro composto por 742 estudantes das oito escolas municipais paulistanas (ligadas à Prefeitura), e o segundo por 410 jovens de escolas estaduais espalhados de acordo com ações da *Fundação Konrad Adenauer* em projetos sociais, escolas do parlamento e escolas públicas parceiras que ocorrem desde 2008 e são chamadas de Cursos de Iniciação Política – para maiores detalhes desse projeto ver Dantas (2018 e 2016).

Os dados coletados aqui, em ambos os casos, são de 2018. Assim, a variável explicativa a ser testada é a esfera de poder responsável pelo Ensino Médio desses jovens. De um lado os 742 jovens das escolas paulistanas e de outro os 410 jovens das escolas paulistas. Em estudos anteriores já se tentou mostrar diferenças entre as percepções políticas do ensino médio e das séries finais do ensino fundamental (Dantas e Caruso, 2011); alunos de diferentes Estados (Dantas, Silva, Garcia e Virgolino, 2019); alunos de cidades distintas em São Paulo (Nascimento, Silva e Dantas, 2016) e (Dantas e Lamari, 2019). Em todos esses estudos as diferenças geográficas não se mostraram suficientemente capazes de servir como elemento capaz de alterar de forma significativa a visão dos jovens sobre a política. A única distinção mais impactante se mostrou presente nas reflexões de Dantas e Caruso (2011) quando comparados os ensinos Médio e Fundamental. Nesse caso, em especial, os alunos do Médio mostraram mais interesse pela temática – fenômeno mostrado em intensidade marcante pelo estudo de Forlini (2015) sobre o desejo de jovens de ensino médio aprenderem sobre política.

Partindo dessa introdução, o intuito aqui é testar por meio de uma simples análise descritiva as diferenças entre os jovens. Os questionários utilizados são semelhantes em muitos pontos, sendo o estudo das escolas municipais mais aprofundado, resultado de uma parceria da Escola do Parlamento da cidade de São Paulo com a Secretaria Municipal de Educação. Todos os estudantes do Ensino Médio da rede municipal – oito escolas – responderam um *survey* de quatro páginas por meio de autopreenchimento. Nas escolas estaduais, por sua vez, os alunos e alunas trabalharam com um questionário simples de uma página para a avaliação inicial de suas opiniões sobre política, seguido por um curso de nove horas sobre o tema e um questionário de impacto e avaliação da atividade. Para os efeitos buscados aqui serão considerados apenas os questionários de entrada dos estudantes estaduais que participaram dos cursos de Iniciação Política, emparelhado às perguntas semelhantes do *survey* com os discentes das escolas municipais.

Para além dessa introdução, o presente estudo se baseará na análise descritiva dos dados e apresentará uma conclusão com base em percepções mais amplas

da bibliografia em geral. Não será preocupação dessa análise uma análise acurada de outras pesquisas e estudos. Com base no que colheram os autores que avaliaram jovens em diferentes realidades em termos geográficos, é possível partir da hipótese de que os dois públicos aqui analisados não tendem a revelar grandes diferenças em suas percepções sobre política.

Análise dos dados – o que os resultados nos mostram

O roteiro de análise aqui proposto seguirá o formulário mais simples de pesquisa, aquele aplicado aos alunos dos cursos de Iniciação Política em sua fase inicial – ou seja, sem o impacto da iniciativa formadora. As questões serão separadas em grandes temáticas e as tabelas trarão os resultados das duas realidades testadas – Município e Estado.

Tabela 1 - Características gerais - estudantes

Características	Município	Estado
Gênero	54% feminino / 46% masculino	55% feminino / 45% masculino
Idade (média)	17,2 anos	17,8 anos
Grau de instrução (3º ano)	100%	100%

A despeito da pequena quantidade de questões para a caracterização do respondente é possível afirmar que todos estão no terceiro ano do Ensino Médio de escolas públicas – padrão intencionalmente definido para a análise –; a média de idade supera 17 anos nos dois casos, sem chegar aos 18; e a distribuição de gênero segue padrão muito semelhante com discreto predomínio das mulheres.

Na bateria seguinte o objetivo era conhecer a forma como os jovens se informam sobre política. A eles eram oferecidos diferentes canais e meios que vão desde a imprensa tradicional, passando por instrumentos virtuais, até chegar em ações menos formais como conversas, por exemplo. Nos dois formulários foram apresentados onze meios de comunicação, mas as respostas à questão eram pedidas de formas diferentes. Nos cursos de Iniciação Política o intuito era compreender se o respondente usava ou não o meio apresentado. Já no *survey* da Escola do Parlamento era pedido o grau de intensidade para cada meio dividido em quatro possíveis respostas: se nunca usava, se usava raramente, se usava com alguma frequência ou se usava assiduamente. Importante destacar que em ambos os casos existe uma parcela de subjetividade temporal, mas ainda assim é possível aferir um mínimo de adesão acerca dos canais utilizados por esses jovens.

Tabela 2 – Canais onde estudantes buscam informações políticas

Meio de Comunicação	Município	Estado
Televisão	61,3%	83,2%
Rádio	22,8%	17,8%
Revistas	22,1%	6,3%
YouTube	53,5%	31,0%
Aulas / Escola	66,4%	41,2%
Sites	64,2%	57,6%
Redes Sociais	66,5%	63,7%
Eventos Públicos	27,0%	5,9%
Conversas	60,4%	44,4%
Jornais impressos pagos	14,6%	7,8%
Jornais Impressos gratuitos	24,9%	2,2%

Grupos de Canais (médias)	Município	Estado
Canais Tradicionais	29,1%	23,5%
Canais Virtuais	61,4%	50,8%
Canais Presenciais	51,3%	30,5%

A simples comparação entre os resultados não é uma boa alternativa tendo em vista a maneira como as alternativas para respostas foram formuladas. Os percentuais das escolas municipais são obtidos a partir de médias das intensidades das respostas, onde “não utilizar” significava 0%, e os degraus de alternativas seguintes de respostas chegavam a um máximo de 100%, equivalente a “utilizo assiduamente”. Já no caso dos cursos de Iniciação Política os alunos do Estado respondiam se utilizavam ou não aquele canal. Assim, nesse caso específico os cálculos são feitos com base no percentual de respondentes que anotou aquela dada alternativa.

A despeito de tal ressalva é possível notar um padrão interessante no comportamento dos jovens. A TV tem um peso grande como meio utilizado, mas em termos de intensidade (município) ela já não garante a liderança que possui no Estado. Isso representa dizer que aparentemente os grupos de estudantes pesquisados dão peso significativo ao universo virtual para a obtenção desse tipo de informação. Redes Sociais, *YouTube* e Sites são relevantes para esses grupos, com destaque para os dois últimos em dimensões bastante representativas. Canais

mais tradicionais, com exceção da TV, são menos utilizados. E as formas presenciais – aulas, eventos e conversas – ganham peso maior que o grupo anterior.

Nesse sentido, foi possível agrupar os 11 canais de informações dos formulários em três grandes grupos. Estudantes do Município e do Estado mostram padrões muito semelhantes de comportamento em relação aos resultados aqui obtidos. Com base nas médias simples dos canais, o grupo chamado Canais Virtuais é o mais significativo. O que chamamos de Canais Tradicionais ficam abaixo, até mesmo, dos Canais Presenciais. Isso representaria dizer que a escola, as conversas e eventos públicos têm peso agregado maior que as mídias tradicionais, destacando aqui o peso da TV para alavancar uma média de meios que não parecem dialogar fortemente com os jovens – rádio, revistas e jornais impressos. Os resultados também servem para desmistificar a ideia, por vezes veiculada no senso comum, de que estudantes do Ensino Médio não têm interesse por política.

Seguindo a ordem do formulário aplicado na fase inicial do curso de Iniciação Política, a questão seguinte estava associada ao envolvimento dos respondentes com a política: o interesse pelo título de eleitor, a percepção sobre o voto, o gosto pela política e a participação eleitoral. Ao todo foram quatro perguntas, com resultados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Percepções eleitorais e políticas dos estudantes como eleitores*

Interesse pelo Título	Município	Estado
Com 18 anos	60,9%	50,2%
Com menos de 18 anos	36,3%	49,0%
Percepção sobre o voto	Município	Estado
Um dever do cidadão	16,6%	19,8%
Um direito do cidadão	76,3%	77,8%
Sentimento sobre a Política	Município	Estado
Não gosta e não precisa	4,9%	2,0%
Não gosta, mas precisa	78,1%	75,1%
Gosta de política	12,4%	22,4%
Participação eleitoral	Município	Estado
Não votou e não votará em 2018	62,1%	51,7%
Não votou e votará em 2018	28,3%	39,8%
Já votou anteriormente	2,8%	7,1%

* Os percentuais não somam 100% porque nem todos respondem a todas as perguntas

Os resultados não são diferentes em nenhuma das questões, mas por vezes aparecem em intensidades distintas. No Estado, o interesse dos jovens pelo título de eleitor é maior com menos de 18 anos, mas aqui o curso foi realizado, por exemplo, em projetos sociais que durante semanas trabalham com aspectos relacionados à cidadania. No Município, a pesquisa abordou todos os estudantes, enquanto o curso de Iniciação Política, por vezes, fala para públicos mais específicos. Ainda assim, a percepção sobre o voto predominantemente como um direito, e não como um dever, se sobressaiu de forma bastante significativa em ambos os grupos. Na questão seguinte essa qualificação do público aparece com maior intensidade: afirmar que “não gosta de política, mas precisa dela no cotidiano” conta com a imensa maioria das percepções dos jovens em percentuais bastante semelhantes, mas entre os alunos do Estado gostar de política atinge 22% dos respondentes, contra 12% nas escolas municipais. Isso pode ser resultado do que se afirmou anteriormente: as pesquisas se deram por razões diferentes. Por fim, ainda com relação aos dados da Tabela 3, a minoria dos jovens já havia votado em 2018, e mais da metade deles não teria a experiência naquele ano, mesmo com idades que lhes permitissem tal ato.

A despeito dos resultados colhidos em relação aos instrumentos mais formais da democracia representativa, as questões seguintes buscavam entender quantos jovens participaram de movimentos com características sociais e políticas mais ativas.

Tabela 4 – Participação em ações sócio-políticas

Ações	Município	Estado
Manifestações de rua	13,2%	21,0%
Manifestações via web	23,7%	20,5%
Ocupação de escolas	6,7%	4,6%
Ao menos uma das três	31,5%	34,2%

A participação para além de aspectos eleitorais, utilizando-se de alguns exemplos ofertados aos alunos existe em um nível bastante acentuado. Cerca de um terço deles, nos dois ambientes pesquisados, afirmam já ter participado de ao menos um dos exemplos ofertados. O destaque maior são as manifestações de rua e via web.

Uma importante instituição da democracia representativa são os partidos políticos, e sobre eles, a sociedade brasileira tem se mostrado extremamente crítica e distanciada. Pesquisa sobre a confiança nas organizações formais brasileiras

feita anualmente pelo Ibope desde 2009, e denominada Índice de Confiança Social (ICS), mostra as legendas com resultados críticos e em último lugar entre 2009 e 2016. No biênio seguinte a baixa popularidade do ex-presidente Michel Temer fez a “Presidência da República” ocupar tal posto, mas como resultado do demérito do mandatário e não em virtude de uma melhora na imagem das legendas. Os jovens pesquisados reforçam o que tem sido colhido junto à opinião pública mais geral. Entre os alunos do Estado 84% afirmaram não simpatizar com qualquer partido, enquanto pouco menos de 15% dizem ter alguma preferência. Aqui o destaque é o PT (Partido dos Trabalhadores), mas PSOL, PSL, Novo, PMDB, PSDB, dentre outros, aparecem de forma mais discreta. Já entre os estudantes de escolas municipais, 82% reforçam a ausência de simpatia por algum partido, enquanto pouco mais de 12% dizem ter uma determinada preferência – aqui o PT repete seu destaque, e PC do B, PSL, PSDB, PSC, entre outros, aparecem em menor escala. Os percentuais de posicionamento não atingem 100% porque muitos jovens deixaram de responder a essa pergunta.

Seguindo no formulário dos cursos de Iniciação Política, o intuito era compreender o que faz uma Câmara Municipal com base em alternativas oferecidas no questionário. Os estudantes podiam marcar quantas respostas fossem condizentes com suas percepções, sendo que duas delas tinham aspecto verdadeiro e atrelado às leis – fiscalizar a Prefeitura e Legislar – enquanto outras estão mais associadas a gestos e atitudes afeitos à cultura política e por vezes bastante questionados por analistas.

Tabela 5 – Percepções sobre o papel da Câmara Municipal

Ações da Câmara Municipal	Município	Estado
Leis para a cidade	55,1%	61,5%
Fiscalizar a Prefeitura	38,4%	43,4%
Eventos festivos	13,9%	11,5%
Ajudar empresas em dificuldades	11,7%	6,3%
Resolver problemas de cidadãos	24,7%	28,8%
Não sei o que faz a Câmara	19,5%	18,1%

Os dados mostram resultados muito próximos, sendo que pouco menos de um quinto dos estudantes afirma não saber o que faz o Legislativo municipal, o que preocupa. Fazer leis é algo mais facilmente associado ao cotidiano de um parlamento aos olhos dos jovens do que fiscalizar o Poder Executivo. Por mais que essas sejam as duas alternativas mais marcadas, ainda assim o desconhecimento

existe por grande parte dos alunos e alunas. Também importante destacar que o índice que identifica o Legislativo como esfera para a prestação de favores individuais aos cidadãos é grande nos dois grupos, reforçando a lógica clientelista do Legislativo no Brasil tão criticada em análises.

Para encerrar a avaliação dos estudantes em suas respectivas relações com a política, uma série de sentenças era apresentada e os alunos podiam concordar ou discordar, em partes ou totalmente, de cada uma delas. O nível de adesão à afirmação pode gerar um índice de concordância que varia de 0 a 100, onde o menor valor está mais próximo da discordância plena e o maior valor se aproxima da concordância absoluta. Na Tabela 6, estão apresentadas as médias dos dois grupos analisados.

Tabela 6 – Índice de concordância (0% a 100%) com sentenças sobre política

Afirmação	Município	Estado
Políticos são todos corruptos	59,7%	54,7%
Justiça brasileira privilegia os ricos	79,1%	80,6%
Movimentos rua são formas legítimas de manifestação	76,8%	77,6%
Educação política deve estar presente nas escolas	76,0%	86,2%
O voto tem poder de transformar a realidade	76,7%	84,7%
O voto obrigatório desafia a democracia	60,4%	65,2%
Depredar empresas é forma legítima de manifestação	27,4%	10,4%
A imprensa informa bem a sociedade	31,7%	27,4%
A Educação está preocupada com a formação do cidadão	40,4%	44,2%
Corrupção é o maior problema do país	73,8%	71,7%
Depredar praças é forma legítima de manifestação	25,0%	7,5%
A política está distante dos jovens	64,9%	61,7%
Professores nas escolas defendem suas ideologias em sala	49,9%	42,7%

Observando os resultados colhidos é possível notar alguns padrões bastante equilibrados entre os estudantes do último ano do Ensino Médio municipal paulistano e estadual da Grande São Paulo. A distância mais significativa, no entanto, preocupa bastante. Enquanto os alunos estaduais têm grau de concordância muito baixo, indicando que claramente não aceitam as ideias de que depredar bens públicos e privados são formas legítimas de manifestação, tais indicadores são multiplicados por algo entre 2,5 e 3,5 vezes entre os estudantes municipais. O que explica tal distância mereceria atenção, sobretudo porque mesmo com os

resultados indicando discordância com tais afirmações, os números mostram um dos grupos analisados sensivelmente mais próximo de algo pouco democrático.

Nas demais sentenças os resultados entre as esferas pesquisadas estão próximos, e podem ser divididos em boas e más percepções sobre o funcionamento de instituições essenciais à democracia. Aqui não existe o que é certo ou errado, mas sim a sensação dos jovens em relação à realidade. Positivamente há o sentimento de concordância com manifestações de rua sendo percebidas como gestos legítimos de democracia, assim como a capacidade de o voto transformar a realidade e a demanda por educação política nas escolas. A combinação de uma sociedade que se deseja formalmente politizada, ativa e capaz de valorizar seu voto é algo bastante promissor para a lógica democrática. Nesse trio de resultados, a questão visualizada na Tabela 3 sobre o voto visto predominantemente como direito reforça os números aqui colhidos – apesar de a Tabela 6 mostrar um jovem resistente à sentença associada ao voto obrigatório. Ainda assim, os valores aqui combinados devem ser valorizados quando observada a relação dessa parcela da juventude, por vezes desacreditada da sociedade em relação à política, com os temas da democracia.

A despeito de tal percepção, bastante otimista, duas sentenças parecem desafiar, por exemplo, o desejo de o jovem ter aulas de política nas escolas. Se eles tendem a concordar com a existência de tal conteúdo no currículo, atualmente as escolas não são vistas como espaços que formam os cidadãos, o que representa uma demanda por melhorias nas políticas de educação que sejam condizentes com a demanda mostrada pelos jovens. Em segundo lugar, por mais que esteja muito distante da histeria de alguns movimentos que afirmam que os professores são doutrinadores de ideologias em sala de aula, por mais que os estudantes tendam a discordar do fato de isso ser verdadeiro, os resultados na casa dos 40 pontos mostram apenas uma discordância parcial com o fenômeno.

Negativamente alguns pontos críticos merecem atenção. Primeiramente o descrédito na afirmação de que a imprensa informa bem a sociedade. O resultado pode estar associado a certa desconfiança comum da idade, ou mesmo a certo gesto de rebeldia, mas é fato que combina com a menor adesão dos jovens aos meios mais tradicionais de comunicação, análise atrelada aos dados da Tabela 2. Também preocupa, e mostra senso crítico apurado, o sentimento de que a política está distante dos jovens, o que se trata de fenômeno percebido faz bastante tempo e igualmente presente no parágrafo que ilustrou o distanciamento do público pesquisado em relação aos partidos políticos.

Quando o assunto é corrupção, três elementos são dignos de debate. Primeiramente a visão de que a justiça privilegia os ricos no Brasil. Esta é a frase com maior grau de adesão entre os alunos do município, e a despeito de ser a terceira entre os estudantes do Estado, registra percentual ainda mais elevado de concordância. Uma justiça sob esse olhar é sinônimo de distorção absoluta de princípios democráticos, e a percepção de que o fenômeno da corrupção é visto como o maior problema do país também atinge grau elevado de concordância nos dois grupos. Atenua essa visão o resultado de que os graus de adesão à afirmação atrelada ao fato de que todos os políticos são corruptos conta com índices que poderiam ser classificados como “concorda em partes” tendendo à neutralidade dos 50% - que seria algo como “não concorda, nem discorda”. Isso representaria dizer que os jovens conseguem distinguir bons e maus políticos? A notícia pode ser vista positivamente.

Conclusão

Os resultados apresentados nesse trabalho corroboram a hipótese inicialmente lançada acerca da não existência de diferenças significativas na forma de dois grupos de jovens estudantes de São Paulo enxergarem a política. A esfera de poder responsável pelas escolas frequentadas – Município de São Paulo e Estado de São Paulo – não justifica percepção diferenciada na imensa maioria dos resultados debatidos.

Em linhas gerais o que foi encontrado é um jovem contestador de algumas características do sistema político e das instituições em geral, mas capaz de valorizar aspectos basilares da democracia. Importante salientar, a despeito da análise aqui desenvolvida, que enquanto a pesquisa foi realizada em toda a rede municipal – composta por apenas oito escolas em diferentes regiões da capital paulista – no Estado não existiu qualquer controle de amostra, mas sim a coleta de percepções de jovens que iriam participar de uma formação em projetos sociais, escolas do parlamento ou mesmo em suas escolas – fruto de parceria com a *Fundação Konrad Adenauer*. Como esses resultados foram utilizados nos estudos já citados à introdução, que buscavam diferenciar, sem sucesso, estudantes por razões geográficas, é possível sugerir que, em relação à política, os resultados colhidos servem para ilustrar uma visão mais ampla da juventude sobre o tema.

Referências Bibliográficas

DANTAS, Humberto, CARUSO, Vinicius. Politização nas escolas: o quanto os jovens compreendem essa demanda. **E-Legis** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, n. 7, 2011.

DANTAS, Humberto, LAMARI, Roberto Eduardo. A relação de jovens do Ensino Médio com a política: análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo-SP e Itapevi-SP. **Revista do Legislativo Paranaense**. Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no prelo, aceito para publicação em 2019.

DANTAS, Humberto, SILVA, Felipe, GARCIA, Marcelo e VIRGOLINO, Ronival. Educação política, democracia e demanda jovem: a visão de estudantes de ensino médio sobre a política. **E-Legis** Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação da Câmara dos Deputados, no prelo, aceito para publicação em 2019.

DANTAS, Humberto. Educação política nas periferias da Grande São Paulo: percepções com base na posição de jovens de 15 a 18 anos em 2015 em ações da Fundação Konrad. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, ano XVII, n.1, março de 2016.

DANTAS, Humberto. **O jovem e a educação política – ampliar as atividades em ano de tensão política**. Série Brasil em Foco, Fundação Konrad Adenauer, dezembro de 2018.

FORLINI, Danilo. **Construindo caminhos para a educação política: a percepção dos alunos como um meio para pensar a educação para a democracia**. Unesp, Araraquara, dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em educação escolar. 2015.

NASCIMENTO, Alessandra, SILVA, Bruno e DANTAS, Humberto. Mapeando o que os jovens pensam sobre a política: as experiências formativas de Araraquara (SP) e Suzano (SP). **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Volume 8, número 29, 2016.